

VIVÊNCIAS DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES NEURODIVERGENTES

COMMUNITY PSYCHOLOGY EXPERIENCES IN AN INSTITUTIONAL RESIDENTIAL CARE SERVICE FOR NEURODIVERGENT ADOLESCENTS

 <https://doi.org/10.63330/sasciencsv6n2-079>

Submetido em: 07/07/2026 e Publicado em: 20/07/2026

SAS: e26300

Giovane Sampaio dos Santos

Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí
Teresina - Piauí

E-mail: giovanesampaio123@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9281158985855743>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5624-1844>

Francisco Marcos Gomes de Brito

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí
Parnaíba - Piauí

E-mail: marcosbritopsico@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2983594194105446>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4575-8088>

Valéria Sena Carvalho

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba

E-mail: valeriasena@ccs.uespi.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0106869722730397>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7231-5792>

Resumo

A Psicologia Comunitária em serviços de acolhimento institucional para adolescentes neurodivergentes constitui o tema deste relato de experiência, desenvolvido a partir do estágio curricular obrigatório em Psicologia. O estudo teve como objetivo compreender as possibilidades de atuação do psicólogo nesse contexto, bem como analisar as contribuições da vivência prática para a formação acadêmica e profissional. Para isso, adotou-se uma abordagem descritiva e reflexiva, fundamentada nas experiências vivenciadas durante o estágio, envolvendo observação das atividades técnicas, acompanhamento dos atendimentos psicológicos e realização de intervenções individuais e grupais direcionadas ao fortalecimento de vínculos, à identificação e expressão de emoções, ao desenvolvimento do autoconhecimento, à reflexão sobre as relações familiares e ao incentivo à construção de projetos de vida. A experiência permitiu identificar avanços no desenvolvimento de competências relacionadas à escuta qualificada, ao manejo das demandas



psicossociais e à compreensão das especificidades do acolhimento institucional, evidenciando a importância de práticas pautadas na promoção da autonomia e na garantia de direitos. Conclui-se que a inserção do estagiário nesse cenário favoreceu a articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática profissional, contribuindo para uma formação crítica, ética e comprometida com a promoção da saúde mental e do cuidado integral.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Adolescentes Neurodivergentes; Psicologia Comunitária; Saúde Mental.

Abstract

Community Psychology in institutional residential care services for neurodivergent adolescents is the central theme of this experience report, developed from a mandatory undergraduate internship in Psychology. The study aimed to understand the possibilities of psychologists' practice in this context and to analyze the contributions of practical experience to academic and professional training. To achieve this, a descriptive and reflective approach was adopted, based on the experiences gained during the internship, including observation of technical activities, participation in psychological interventions, and the implementation of individual and group activities focused on strengthening interpersonal bonds, promoting emotional awareness and expression, fostering self-knowledge, reflecting on family relationships, and encouraging life-project planning. The experience enabled the development of competencies related to qualified listening, the management of psychosocial demands, and a deeper understanding of the specificities of institutional residential care, highlighting the importance of practices guided by autonomy promotion and the protection of rights. It is concluded that the internship facilitated the integration of theoretical knowledge and professional practice, contributing to the development of critical, ethical, and socially committed psychologists dedicated to promoting mental health and comprehensive care.

Keywords: Community Psychology; Institutional Residential Care; Mental Health; Neurodivergent Adolescents.

1 INTRODUÇÃO

A formação em Psicologia exige que os estudantes vivenciem experiências práticas capazes de articular os conhecimentos teóricos às demandas concretas da profissão. Nesse contexto, durante o oitavo período do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí é realizado o estágio curricular obrigatório em Psicologia Comunitária, componente fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e políticas indispensáveis ao exercício profissional. Conforme destacam Teles e Viégas



(2024), o estágio supervisionado constitui um momento privilegiado da formação, pois possibilita a aproximação entre teoria e prática, favorecendo uma atuação crítica, reflexiva e comprometida com a realidade social.

O presente relato fundamenta-se na experiência de estágio realizada em uma instituição de acolhimento voltada a adolescentes do sexo masculino, com idades entre 12 e 17 anos, que se encontram afastados do convívio familiar por determinação judicial decorrente de medidas protetivas.

No decurso dessa vivência, constatou-se que uma parcela expressiva desses jovens possuía diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento ou de outras condições mentais, o que enfatiza a urgência de uma intervenção psicológica qualificada, interdisciplinar e orientada pela garantia de direitos.

Os serviços de acolhimento institucional fazem parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são voltados para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que foram afastados do seio familiar de forma temporária. As Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento enfatizam que esses serviços devem oferecer proteção integral, atendimento personalizado, promoção da autonomia, preservação dos laços familiares e comunitários e uma articulação contínua com outras políticas públicas, o que requer que as equipes técnicas estejam bem-preparadas para lidar com as diversas necessidades dos acolhidos (Brasil, 2009)

Além disso, é de imprescindível necessidade, considerar que além das fragilidades oriundas da separação familiar, crianças e adolescentes em acolhimento que têm deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento necessitam de atenção especializada, acessibilidade e acompanhamento multiprofissional constante. Nesse contexto, Klein (2021) evidencia que as instituições de acolhimento frequentemente enfrentam dificuldades estruturais e técnicas para atender às especificidades desse público, seja pela insuficiência de recursos, pela ausência de infraestrutura adequada, seja pela limitação de políticas públicas capazes de assegurar um atendimento individualizado. permanência prolongada nas instituições, associada à ausência de serviços especializados e de equipes suficientemente capacitadas, pode potencializar processos de exclusão social e comprometer o desenvolvimento integral desses jovens.

Nesse contexto, o trabalho do psicólogo é fundamental porque ajuda a decifrar os fatores emocionais, comportamentais, familiares e sociais que perpassam a trajetória desses adolescentes e ainda possibilita estratégias de acolhimento, fortalecimento de laços, desenvolvimento da autonomia e cuidado com a saúde mental. Ademais, o suporte psicológico é fundamental para que a equipe multiprofissional desenvolva intervenções que respeitem a individualidade de cada adolescente e garantam a realização dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas políticas públicas de assistência social (Brasil, 2009).

Simultaneamente, o estágio obrigatório é uma fase essencial na formação do psicólogo, pois possibilita ao estudante o contato direto com realidades que enfrentam vulnerabilidades sociais,



favorecendo o desenvolvimento de competências profissionais, postura ética e uma visão crítica em relação às complexidades que surgem na prática. Segundo Teles e Viégas (2024), o estágio supervisionado vai além da mera aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, uma vez que se configura como um espaço de construção da práxis, onde teoria, prática e supervisão se inter-relacionam de forma contínua, visando à formação de profissionais socialmente comprometidos.

Também é válido destacar que a Psicologia Comunitária constitui um subcampo da Psicologia que emerge a partir de uma mudança paradigmática no campo da Saúde Mental, substituindo modelos centrados exclusivamente na perspectiva biológica e individual por abordagens voltadas às dimensões sociais, ecológicas e comunitárias do processo saúde-doença. Nessa perspectiva, dedica-se ao estudo, à compreensão e à intervenção nas relações estabelecidas entre os indivíduos e os contextos em que estão inseridos, fundamentando-se em princípios como o fortalecimento comunitário, a prevenção primária, a participação social e a promoção de transformações coletivas. (Ornelas, 1997)

No contexto brasileiro, historicamente marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e diferentes formas de vulnerabilidade social, a Psicologia Comunitária assume especial relevância ao reconhecer que os processos de sofrimento psíquico são influenciados por fatores estruturais, culturais e territoriais. Evidências apontam que problemas emocionais e níveis elevados de estresse psicológico tendem a incidir com maior intensidade sobre populações em situação de vulnerabilidade social, reforçando a necessidade de intervenções que transcendam o atendimento individual e considerem os determinantes sociais da saúde. Nesse cenário, a realização de um estágio em Psicologia Comunitária configura-se como uma experiência formativa de grande importância, pois possibilita ao estudante ultrapassar os limites dos contextos tradicionais de atuação, como o consultório e o laboratório, inserindo-se diretamente nos espaços cotidianos da comunidade. (Ornelas, 1997)

Nesse sentido, este trabalho pretende descrever e refletir sobre a experiência que tive durante o estágio curricular obrigatório em Psicologia Comunitária em uma instituição de acolhimento para adolescentes em medida protetiva.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, descritivo e reflexivo, embasado na observação e pesquisa participante vivenciadas no estágio curricular obrigatório em Psicologia Comunitária, que ocorreu no oitavo período do curso de Psicologia. Segundo Cavalcante e Lima (2012), o relato de experiência é um método científico que permite a sistematização e a reflexão crítica sobre práticas que foram realizadas em um determinado contexto de trabalho, favorecendo a produção e a divulgação dos conhecimentos refletirem e interagirem com outras áreas do conhecimento e/ou outras vivências.



Como já dito anteriormente, o estágio aconteceu em uma instituição de acolhimento que abriga adolescentes do sexo masculino, com idades entre 12 e 17 anos, que estão afastados de suas famílias por medida protetiva. Ao longo da experiência, notou-se que uma parte considerável dos adolescentes possuía diagnósticos, abrangendo transtornos do neurodesenvolvimento e outros transtornos mentais, o que demandava intervenções personalizadas, respeitando os direitos de cada um e com uma abordagem mais individualizada, sem deixar de lado o convívio grupal.

As atividades aconteceram durante todo o estágio, totalizando 72 horas, com encontros duas vezes por semana, 8 horas semanais, sempre com a supervisão dos professores e a orientação da equipe técnica da instituição. Foram desenvolvidas intervenções tanto individuais quanto em grupo, organizadas com base nas necessidades detectadas durante a prática no campo. Nas sessões individuais, foram utilizadas atividades impressas, materiais expressivos para colagem em um recurso chamado Livro da Vida, que é um valioso recurso de intervenção nos serviços de acolhimento institucional, uma vez que possibilita documentar e organizar a trajetória de vida da criança e do adolescente, contribuindo para a formação da identidade e para a preservação de sua história. Além de relembrar e reforçar o pertencimento, esse instrumento também ajuda a reduzir os efeitos das quebras ocasionadas pela institucionalização, garantindo a continuidade da narrativa pessoal e o crescimento psicossocial (Rossetti-Ferreira; Serrano; Almeida, 2011).

Nas intervenções grupais, foram empregados jogos cooperativos, dinâmicas e materiais lúdicos nas atividades em grupo, servindo como mediadores para o diálogo e a participação dos adolescentes. Foram discutidos temas como identidade, reconhecimento e expressão emocional, relações familiares, projetos de vida e perspectivas futuras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira fase das intervenções consistiu em criar um vínculo com os jovens acolhidos. Para tanto, foram realizadas conversas informais no cotidiano da instituição e o jogo Uno foi empregado como recurso mediador das interações. Essa abordagem foi pensada para criar um ambiente acolhedor, sem julgamentos e respeitoso, onde os adolescentes pudessem se aproximar aos poucos do estagiário, sem a pressão de uma intervenção direta. Durante as sessões, observou-se um aumento na espontaneidade das falas, uma maior busca pela presença do estagiário e a construção de uma relação de confiança, o que indica que o vínculo estava sendo formado.

De acordo com Lino *et al.*, (2023), o rapport se define como a criação de uma conexão fundamentada na atenção recíproca, na empatia e na sincronia entre aqueles que interagem. Os autores afirmam que um ambiente que seja acolhedor, respeitoso e seguro diminui a ansiedade e aumenta a disposição da pessoa



para se envolver na relação, o que a torna mais receptiva para compartilhar pensamentos, emoções e vivências.

Depois que o vínculo foi estabelecido, foi aplicado o Curtograma, que é uma técnica de autoconhecimento organizada em quatro quadrantes: "gosto e faço", "gosto e não faço", "não gosto e faço" e "não gosto e não faço". Este recurso permite ao participante pensar sobre suas preferências, interesses, rotinas e atividades do dia a dia, o que ajuda a identificar o que está relacionado à satisfação, aos desejos e às experiências que teve. Também promove a autorreflexão e aumenta a conscientização sobre escolhas e comportamentos, funcionando como um valioso mediador do diálogo em intervenções psicológicas (Spaccaquerche; Fortim, 2022)

As intervenções em grupo começaram com o jogo de tabuleiro "Quem Eu Sou?", elaborado especificamente para o contexto do estágio. O tabuleiro tinha espaços com perguntas que levavam os jovens a pensar sobre vários aspectos de sua vida, como suas qualidades, dificuldades, gostos, emoções, sonhos, medos, relacionamentos e expectativas futuras. A dinâmica criou um espaço participativo e leve, onde cada jovem teve a oportunidade de contar suas vivências de forma livre, no seu próprio tempo e respeitando seus limites. Tanto essa atividade quanto o Curtograma visaram ao autoconhecimento, que aqui foi compreendido como um processo de identificação das próprias características, sentimentos, potencialidades, limites e modos de agir frente às diversas situações da vida.

Segundo Ferreira *et al.*, (2022), autoconhecimento é uma habilidade essencial para a vida, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um fator que favorece o desenvolvimento saudável, a promoção da saúde mental e a construção de relações interpessoais mais satisfatórias. Conforme as autoras, essa competência possibilita que crianças e adolescentes reconheçam suas emoções, entendam seus pontos fortes e limitações, e criem estratégias mais eficazes para lidar com os desafios diários, o que impacta de maneira positiva sua autoestima, suas escolhas e sua formação identitária.

Sobre o quesito das emoções, No atendimento individual, foi utilizada uma atividade impressa baseada no filme *Divertida Mente*, onde os adolescentes deveriam colorir os recipientes que representavam as emoções básicas, de acordo com a intensidade com que acreditavam tê-las sentido ao longo de suas vidas. No decorrer da atividade, eram feitas perguntas disparadoras para estimular a reflexão sobre momentos significativos, identificar os sentimentos experimentados e as estratégias utilizadas para lidar com cada emoção.

No grupo, organizou-se um jogo de memória sobre emoções. A cada par de cartas que eles descobriam, o participante era convidado a falar sobre o que aquela emoção significava, quando já a sentiu, e como poderiam expressá-la e lidar com ela de forma saudável. Os outros membros também eram incentivados a contar suas experiências.



O objetivo foi fortalecer a inteligência emocional, De acordo com Ferreira, Fonseca e Nunes (2023), essa competência é crucial para se relacionar com outras pessoas, para se comunicar, para ser empático e para resolver conflitos, e é aprimorada ao aumentar a autoconsciência emocional, o autocontrole e a capacidade de ver o mundo pelos olhos dos outros. Os autores enfatizam também que indivíduos com maior consciência emocional costumam ser mais equilibrados em situações desafiadoras, desfrutar de relacionamentos sociais mais saudáveis.

As intervenções que envolveram a família e o planejamento de vida tiveram como objetivo promover a reflexão sobre os laços afetivos, o fortalecimento das conexões familiares e a criação de expectativas para o futuro. No âmbito individual, foi aplicada uma atividade em que os adolescentes completavam uma árvore com os membros que julgavam importantes em sua estrutura familiar, o que possibilitou mapear os laços afetivos, as figuras de referência e as percepções sobre sua rede familiar. Na sequência, aconteceu uma atividade temática alusiva às festas juninas, na qual os participantes anotavam seus sonhos e objetivos em uma barraca ilustrativa, o que favorecia a reflexão sobre desejos, metas e expectativas em relação à sua vida.

Em um contexto de grupo, foi utilizado um jogo da memória sobre a família. Cada par de cartas que eles encontravam simbolizava um membro da família, o que funcionava como um catalisador para que os jovens discutissem recordações, emoções, vivências e a importância daquela pessoa em suas narrativas. Depois, foi apresentado um filme cujo tema era a construção do futuro, e, em seguida, houve uma roda de conversa para discutir sonhos, escolhas, desafios e oportunidades de mudar a própria realidade.

A participação da família nas atividades é justificada pelo entendimento de que ela é o primeiro lugar onde se constrói a identidade, os vínculos afetivos e a maneira como a pessoa se vê e vê o mundo. Ainda que, em virtude da medida protetiva, haja um distanciamento, os laços familiares continuam a ser um aspecto importante na formação do sujeito adolescente. Franco *et al.*, (2024) afirmam que o direito à convivência familiar é um direito fundamental de crianças e adolescentes e que, durante o acolhimento institucional, deve-se sempre estimular o fortalecimento dos vínculos familiares, uma vez que a família é essencial para o desenvolvimento biopsicossocial, para a formação da autoimagem e para a atribuição de significados às experiências vivenciadas.

A atividade sobre projeto de vida buscou ampliar a capacidade dos adolescentes de projetarem possibilidades para além da realidade imediata vivenciada no acolhimento institucional. Segundo Braggio e Silva (2023), o projeto de vida corresponde a uma construção dinâmica, relacionada ao desenvolvimento da identidade e continuamente influenciada pelas experiências pessoais, culturais e sociais. As autoras destacam que elaborar projetos para o futuro significa atribuir sentido à própria trajetória, estabelecer objetivos, organizar metas e desenvolver autonomia para realizar escolhas conscientes, constituindo um importante fator de proteção durante a adolescência.



Além das intervenções realizadas diretamente com os jovens, o estágio permitiu uma valiosa conexão com o trabalho técnico do psicólogo no serviço de acolhimento institucional. Acompanhando o trabalho do psicólogo orientador de campo, pude perceber que a atuação profissional vai além da clínica psicológica individual.

Entre as experiências mais significativas esteve o acompanhamento das audiências referentes às medidas protetivas, momento em que se tornou evidente a atuação integrada entre o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, equipe técnica e serviço de acolhimento. Nessas ocasiões, observou-se que o psicólogo contribui tecnicamente com informações acerca do desenvolvimento do adolescente, da qualidade dos vínculos familiares e da evolução do acompanhamento psicossocial, subsidiando decisões judiciais sempre pautadas no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Conforme estabelecem as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento (Brasil, 2009), o atendimento deve ocorrer de forma intersetorial, articulando continuamente o serviço de acolhimento com a Justiça, Ministério Público, saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas, de modo a garantir respostas integrais às demandas apresentadas.

Outro aspecto relevante foi a compreensão da elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento que organiza os objetivos, estratégias e encaminhamentos necessários para cada adolescente acolhido. O PIA contempla informações sobre a história de vida, situação familiar, saúde, educação, desenvolvimento, fortalecimento de vínculos e perspectivas de reintegração familiar ou colocação em família substituta, sendo continuamente atualizado conforme a evolução do caso. As Orientações Técnicas destacam que esse planejamento individualizado é fundamental para assegurar a provisoriedade do acolhimento, orientar o trabalho da equipe técnica e favorecer intervenções que respeitem as necessidades específicas de cada criança e adolescente.

No decorrer do estágio, foi possível também enfrentar os desafios que fazem parte do dia a dia do acolhimento institucional. Foram presenciados, entre outros, casos de agressão física e verbal entre os adolescentes, brigas constantes entre acolhidos e educadores sociais com ofensas verbais, arremesso de cadeiras, depredação do patrimônio institucional, como quebra de portas, além de tentativas de fuga, inclusive uma em que um adolescente foi até o Distrito Policial. Essas situações despertaram sentimentos de insegurança, impotência e preocupação, especialmente por se tratar do primeiro contato com uma realidade marcada por sucessivas violações de direitos, rupturas familiares e intenso sofrimento psíquico.

Os achados deste relato convergem com Robert *et al.* (2022), que destacam que ambientes de institucionalização frequentemente são atravessados por situações de sofrimento mental, conflitos interpessoais e crises comportamentais, repercutindo não apenas sobre os adolescentes, mas também sobre as equipes que atuam nesses serviços. Fazendo com que eles se sintam “presos” também.



4 CONCLUSÃO

O que se buscou nesse relato é uma reflexão acerca da experiência obtida no estágio curricular obrigatório em Psicologia Comunitária em uma instituição de acolhimento para adolescentes do sexo masculino em medida protetiva, tendo em vista a atuação do psicólogo nesse cenário e o quanto essa experiência contribuiu para a formação acadêmica e profissional. Os resultados obtidos mostram que as intervenções realizadas possibilitaram a criação de laços de confiança com os jovens, o que favoreceu a escuta, a expressão de emoções, o autoconhecimento, o fortalecimento da identidade, a reflexão sobre as relações familiares e a elaboração de projetos de vida. As atividades tanto individuais quanto em grupo revelaram-se ferramentas valiosas para incentivar a liderança dos adolescentes, desenvolver habilidades socioemocionais e ajudar na elaboração de estratégias de enfrentamento em relação às situações de vulnerabilidade que enfrentam.

Além dos resultados alcançados com os adolescentes, a vivência proporcionou uma visão mais ampla do trabalho do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional. Observar as atividades realizadas pelo psicólogo orientador de campo possibilitou entender a complexidade da atuação profissional, que inclui articulação com a rede de proteção, participação em audiências, elaboração e monitoramento do Plano Individual de Atendimento (PIA), mediação de conflitos, escuta especializada, acompanhamento de processos de adoção e defesa contínua dos direitos de crianças e adolescentes. Assim também, o enfrentamento de situações de violência, crises de comportamento e conflitos institucionais pôs em evidência os desafios diários desse campo de atuação e fortaleceu a urgência de uma prática alicerçada na ética, na humanização e no trabalho interdisciplinar.

Já no que se refere à formação acadêmica, o estágio foi um espaço de articulação entre teoria e prática, desenvolvimento de habilidades técnicas, éticas e relacionais, além de aprimoramento de uma postura crítica frente às exigências das políticas públicas de assistência social. O contato com adolescentes em acolhimento institucional enriqueceu a compreensão da complexidade do desenvolvimento humano em cenários de vulnerabilidade, demonstrando que a intervenção psicológica precisa levar em conta a individualidade de cada pessoa, seus relacionamentos, seu histórico de vida e seus direitos.

Por fim, acredita-se que a experiência também tenha favorecido o desenvolvimento local ao reforçar ações voltadas à saúde mental, ao acolhimento com humanização e ao fortalecimento dos recursos pessoais dos adolescentes em instituições e que esse relato desperte o desejo de uma maior formação profissional de educadores na consciência de quem o leu. Assim, embora tenham sido realizadas em um período restrito, as intervenções possibilitaram a criação de espaços para diálogo, reflexão e a expressão de emoções, o que contribuiu para o fortalecimento de relações mais saudáveis dentro da instituição. Em suma, é possível afirmar que o estágio obrigatório em Psicologia Comunitária é fundamental na formação do psicólogo, uma vez que possibilita uma atuação voltada para a transformação social, para a defesa de direitos e para a



promoção da dignidade humana, reforçando a Psicologia como ciência e profissão que se compromete com a cidadania e com a justiça social.

REFERÊNCIAS

BRAGGIO, Ana Karine; SILVA, Rosangela da. O projeto de vida no Novo Ensino Médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16266>. Acesso em: 29 jun. 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 2. ed. Brasília: 2009.

CAVALCANTE, Bruna Luana de Lima; LIMA, Uirassú Tupinambá Silva de. Relato de experiência de uma estudante de enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas. **Journal of Nursing and Health**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/3447>. Acesso em: 29 jun. 2026.

FERREIRA, Felipe Oliveira; FONSECA, Maria Eduarda Seni; NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira. Inteligência Emocional e suas Influências na Gestão de Conflitos. ID online. **Revista de psicologia**, v. 17, n. 68, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3863>. Acesso em: 29 jun. 2026.

FERREIRA, Isabela Maria Freitas *et al.* Do autoconhecimento ao autoconceito: Revisão sobre construtos e instrumentos para crianças e adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XQrsmHHnN7g7SSkYGpcPjqb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026.

FRANCO, Elaine Cristina Dias *et al.* Famílias de crianças e adolescentes institucionalizados: ações educativas como medidas essenciais. **Revista Extensão em Foco**, Paraná, n. 32, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/91238>. Acesso em: 29 jun. 2026.

KLEIN, Angelica Denise. Benefício assistencial ao deficiente às crianças e adolescentes que aguardam na fila de adoção: Um Olhar para além da institucionalização. **FACCAT**, 2021. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/BENEFÍCIO%20ASSISTENCIAL%20AO%20DEFICIE NTE%20ÀS%20CRIANÇAS%20E.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2026.

LINO, Denis *et al.* O Rapport como técnica para obtenção de informações em Entrevistas Investigativas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1584>. Acesso em: 29 jun. 2026.

ORNELAS, José. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, v. 15, n. 3, p. 375-388, 1997.

ROBERT, Cassiano *et al.* “A gente fica institucionalizado também!”: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. **Interface: comunicação, saúde, educação**, [s. l.], n. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SCFFP9XdcS9MSBBxDF98tVR/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026



ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves de. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

SPACCAQUERCHE, Maria Elci; FORTIM, Ivelise. **Orientação Profissional Passo a Passo**. 3. Ed. São Paulo: Paulus, 2022

TELES, Liliane Alves da Luz; VIÉGAS, Lygia de Sousa. O estágio obrigatório curricular em psicologia escolar/educacional crítica: Uma experiência no Piauí. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FQkF6BMJXc8pMkwCH4MpCtn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026.